O DEMOCRATA

(AVENÇADO)

Semanário Republicano de Aveiro

Redacção e Administração
Rua Miguel Bombarda, 21
Comp. e imp.—IMPRENSA UNIVERSAL
R. Combatentes da G. Guerra — AVEIRO

Director e Proprietário
Arnaldo Ribeiro

Editor e Administrador
Manuel Alves Ribeiro
Correspondência dirigida ao Director
Publicidade Lisboa e Pôrto *Agência Havas*

ANO 36.º — Sábado, 3 de Julho de 1943 — N.º 1791

VISADO PELA CENSURA

As razões da nossa vitória

Quando temos de falar da *revolução portuguesa*, do *caso português*, não podemos deixar de aludir, primeiro do que tudo, à estrutura jurídica e constitucional do Estado Novo.

Depois de algum tempo de *ditadura*, o novo regime estabeleceu as suas normas jurídicas de tal maneira constitucionais, que em nenhum tempo como neste, Portugal viveu em fórmulas tão legais e tão legítimas. Por isso mesmo criou aquilo a que podemos chamar *personalidade jurídica* e dela resultou o sentido de respeito e de acatamento que nos é reconhecido por todos os povos do mundo. E sendo essa uma das razões da nossa vitória no campo moral e político, ela também nos serviu para firmur no campo material a posição que disfrutamos.

Mercê do nosso comportamento pudemos construir obra sólida sob todos os aspectos. O Estado Novo não se afirma sòmente, como alguns pretendem, pelo que realizou e realiza no campo material, construindo, edificando, abrindo trabalhos, dando ocupação, fomentando riquezas e iniciativas. O seu aspecto mais curioso é, talvez, o menos visível; é o aspecto jurídico da sua vida, da sua doutrina, da sua realidade política.

O nosso renascimento está fundamentado na própria estrutura jurídica do Estado Novo. A Constituïção, o Acto Colonial, o Código Administrativo, o Estatuto do Trabalho Nacional, a Reforma Administrativa Ultramarina, são obras úteis como tôdas as outras realizadas no campo económico e financeiro, pelas quais quási sempre se aplaude e se louva a Revolução Nacional.

Neste momento em que passa o décimo primeiro aniversário da nomeação do sr. dr. Oliveira Salazar para a presidência do Conselho (nomeado em 5 de Julho de 1932) queremos recordar o facto como acto de justiça para com o estadista que conseguiu realizar tôda esta obra sem um momento de repouso nem de cansaço. Para com êle contraíu o país a maior dívida de gratidão de que jámais outros se tornaram credores.

P. A.

Uma sentença

O Supremo Tribunal de Justiça confirmou, esta semana, a condenação do proprietário do Restaurante Aviz, de Lisboa, acusado de ter fornecido refeições, empregando géneros pôdres.

Além de prisão, o cavalheiro terá de pagar uma multa de 14 contos, fora os adicionais e imposto de justiça; durante um ano a porta do estabelecimento conservar-se-á fechada e a cópia do acordão que tal determinou, nela afixada por espaço de 15 dias, dirá ao público os motivos que a isso levaram os julgadores.

É muito; mas aplaudimos sem reserva.

Santos populares

—o—

Antigamente o mez de Junho era esperado com ansiedade e acabava, deixando os novos e os velhos mergulhados em profunda tristeza. E isto provinha dos festejos que se realisavam em volta do Santo António, do S. João e do S. Pedro, festejos ruidosos, cheios de alegria, estuantes de mocidade.

Saltavam-se as fogueiras, dansava-se, cantava-se, comia-se e bebia-se. Não leite, como hoje é da moda, mas um, dois, três copos do rôxo, que animavam e imprimiam vigor ao físico, mantendo-o na resistência.

Acabou, porém, tudo quanto a tradição nos legara. Já não há homens, já não há gente, como dizia o saudoso padre Manuel Rodrigues quando via desanimadas as festas e que não corriam de harmonia com o seu espírito folgazão.

Realmente tudo se foi, tudo desapareceu.

Para nunca mais ser visto.

Combóios rápidos

Os que se efectuavam entre Lisboa e Pôrto às terças e sextas-feiras passaram a circular desde o dia 1 do corrente mez às terças, quintas e sábados, isto até 10 de Outubro, inclusivé.

Este serviço ferro-viário impunha-se na época presente.

O matrimónio

Um sábio americano, professor da Universidade de S. Francisco da Califórnia, parece ter encontrado uma fórmula capaz de garantir a felicidade conjugal. Eis a equação:

$$\frac{M}{2} + 7 = E$$

Traduzido, significa: no momento do casamento a idade ideal da mulher iguala a do marido, dividido por 2 mais 7. Por conseguinte: um homem com 28 anos deve contrair matrimónio com uma rapariga de 21; um de 36 com mulher de 25 e um de 100 com noiva de 57.

Como se vê, tudo isto obedece a calculos matemáticos, aquela ciência que nunca fomos capaz de aprender, mas que, neste caso, se compreende fàcilmente...

Mesmo sem intervenção dos logarítmos...

Crónica alfacinha

Por ter chegado ontem, já tarde, foi impossível compô-la para êste número.

Desculpe a sua autora, a quem pedimos a fineza de a enviar mais cêdo.

Em defesa de um património comum

PELO DR. ALBERTO SOUTO

Alguns factos,—que eu quero crêr não servirão de exemplo para novos êrros e que espero fiquem na crónica como esporádicos e anómalos, — ocorridos ùltimamente nesta cidade e no distrito em prejuizo daquela universalidade de coisas raras e belas que constituem o nosso património artístico, merecem a atenção geral e são de molde, como maus sintomas, a fazerem-nos refletir e pôr de sobreaviso.

Estes períodos anormais de enriquecimento de alguns à custa do empobrecimento de muitos, criam estultícias de ostentação e despertam sonhos de grandeza em muita gente que não sabendo o que fazer ao dinheiro fàcilmente adquirido, o empregam em tudo o que vale e o aplicam nos mais estéreis e despropositados luxos.

A abundância de numerário provoca um verdadeiro alevante de vícios de gasto e estroinice, de perdularismos, de vaidade e de cubiças que teem, como contrapartida, uma exacerbação de negócios lícitos e ilícitos, enxameando por todos os sectores sociais os negociantes e os especuladores.

Juntemos a isto a valorização e a sôfrega procura em Espanha de todos os objectos com cunho de raridade e laivos de arte, e teremos explicado a nós mesmos essa vaga de rebuscadores de antiguidades domésticas e essa fúria de bricabraquismo que se abateu sôbre o País e nos leva por todo o preço tudo o que tínhamos de valioso entre o mobiliário dos particulares, das capelas, igrejas e instituições de natureza pública.

Vendam os particulares à vontade o que é seu, mas que a onda dos preços tentadores e enganadores deixe intacto o espólio artístico que, sendo pertença da Nação, é património comum, figure quem figurar como utente, fruidor ou proprietário dos objectos e dos imóveis.

Este meu artigo é um apêlo não apenas ao amor bairrista dos meus conterrâneos, mas ainda ao espírito civilizado de tôda a gente e, em especial, de quantos desempenhem funções educativas, disciplinadoras ou directivas perante a sociedade e a grei. E' um apêlo para que se considere o perigo que se corre e se exerça uma contínua e redobrante vigilância à volta dos documentos da história da nossa cultura artística e se forme barreira contra a tentação do alto valor venal que, mercê das circunstâncias, as nossas antiguidades de merecimento atingiram no negócio do *bric-à-brac*.

* * *

O espólio artístico, quere os objectos se encontrem adstritos a um serviço ou uso público, (e o culto não é outra coisa), quere estejam arquivados nos museus, quere guardados nos comodões das sacristias, quere guarnecendo as capelas, claustros, altares ou naves das igrejas, quere em ornamento de quaisquer edifícios públicos civis ou religiosos, nas ermidas humildes ou nas grandes catedrais, nos palácios ou nos castelos, é uma herança simultaneamente material e moral que recebemos dos nossos antepassados e que por nossa honra é necessário que se não diminua, nem perca, nem dissipe, nem pereça.

Bonda a nossa proverbial pobreza e bastam e sobejam as insanias do tempo, dos desastres, das inconsciências e imprudências praticadas.

O momento civilisatório que atravessâmos — aparte a guerra com as suas devastações, — impõe-nos o dever de juntar todos os restos bons e aproveitar todas as migalhas da beleza e da arte dos séculos idos.

Vender, dissipar, destruir, deixar perder ou diminuir êsse espólio, nem é da ordem do nosso tempo nem é digno da nossa civilização e da nossa cultura.

E' pela concha de um molusco, pelos restos de um vegetal, por uma pedra do monte, pelas fósseis de um sedimento, pelos fragmentos de um utensílio, aparentemente inúteis e desprezíveis, que a ciência se guia muitas vezes na descoberta dos factos, dos acontecimentos, das sendas e estadios da vida da Terra e do progresso da Humanidade.

Como menosprezarmos, então, o património histórico, e como consentirmos que se dispersem, se aniquilem ou do nosso meio emigrem aqueles documentos do espírito de beleza e do apurado gôsto que em certa altura da vida nacional e social empolgaram os nossos antepassados?

Não! essa herança, esteja ela embora na posse simplesmente tolerada ou jurìdicamente titulada de qualquer casa, templo, comunidade, ou instituïção civil ou religiosa, é um conjunto, é uma universalidade que constitue um património comum que ninguem tem o direito de alhear do domínio colectivo, e êsse domínio traduz-se pela simples posse pública dos objectos como causas de honra, admiração e brio, como elementos de estudo e como elementos do conhecimento da nossa civilização e da nossa cultura.

Eu não contesto, de uma maneira geral, às Misericórdias, às Câmaras, às Juntas de Freguesia, às Confrarias e Irmandades, à Igreja, a propriedade e o uso daqueles objectos artísticos que estão na sua posse.

Porém o que contesto em nome do próprio interêsse moral dessas entidades de finalidade pública, é o direito do mau uso e má fruïção dos valores artísticos e o direito de alienarem êsses valores sem consideração das responsabilidades para com a cultura geral do País, para com os interêsses das próprias localidades onde existem,

A reünião dos Esculápios

decorreu animada, como era de prever

Recordar! — eis um prazer espiritual dos mais gratos ao coração. Por isso os médicos que aqui se juntaram para se verem e abraçar ao cabo de 10 anos de dispersão deviam sentir-se satisfeitos, enormemente felizes durante as horas que voltaram a viver unidos depois de terem deixado a vida académica.

Fazemos ideia.

Compareceram à chamada dos condiscípulos drs. Manuel Soares e Humberto Leitão, nossos conterrâneos, os srs. drs. Manuel Guedes Pinheiro, Albérico Ruber da Conceição, Fernando Prata de Lima, Eduardo Brito e Cunha, Eduardo Beirão Reis, Carlos Alberto Leal, Alexandre Moreira, Aloísio Mergulhão, D. Leonor da Silva Borlinda, Luís de Andrade e José Daniel de Carvalho, do Pôrto; Eurico Estêves, de Rezende; Eugénio Pinto Franco, de Matosinhos; Carlos Baptista Sotto Mayor e Teotónio dos Santos, de Braga; José Maria Bragança, de Pampilhosa; Acácio Pita Negrão, Almerindo Lessa, Francisco da Silva Alves e Alberto Ruela Ramos, de Lisboa; Carvalho Sampaio, de Sintra; Adriano Pinto Lopes, de Penafiel; António Rodrigues, de Barcelos; Menezes Soares, de Beja; Cabral Adão, de Setubal, Manuel Machado, de Gaia; D. Maria Violante Franco, da Feira; Mário Vilar de Figueiredo, de Vila Rial; Wenceslau de Sá, de Vilar do Paraíso; Francisco Fernandes, de Guimarãis; Ribeiro Chaves, de Sobrado de Paiva, e António Ferreira de Sá, de Esmoriz.

O primeiro contacto realizou-se no jardim do Hospital, sábado de tarde. Depois seguiu-se a visita ao edifício, de que todos recolheram as melhores impressões, desde o *hall* às salas das operações, da electricidade médica e de jantar; estiveram no Parque, que os deixou encantados; foram ao Museu, onde admiraram o rico túmulo de Santa Joana e a maravilhosa obra de talha da igreja e ao fim da tarde teve lugar o banquete de confraternização no *Arcada*, em que a alma dos convivas se expandiu, apertando os élos duma amizade sólida e indistrutível por já vir de longe.

O domingo foi passado na ria, segundo o programa. Na mata de S. Jacinto serviu-se o almôço regional, regado a *Diamante Azul*, do Barrocão, tendo dado origem a que os assistentes fruíssem *alguns prazeres requintados, quer gastronómicos, quer espirituais, perante um cenário de encanto que lhes deslisou na retina, gravando recordações duradoiras* — como afirma, em carta de reconhecimento, o sr. dr. Baptista Sotto Mayor.

O Democrata, recolhendo esta fugidia apreciação do distinto clínico bracarense, mas que diz tudo, saúda, no fim da jornada, quantos à nossa terra vieram matar saudades dum passeio que não volta mais.

* * *

Para distribuir pelos pobres dêste jornal foi-nos entregue pelos srs. drs. Manuel Soares e Humberto Leitão a quantia de 200$00, constando-nos que outro donativo se destinará ao Albergue Distrital, o que demonstra da parte dos componentes do seu curso um altruismo dignificador.

Agradecemos reconhecidos.

Missão cultural

Estiveram em Aveiro umas tantas individualidades da vizinha Espanha, as quais, acompanhadas das autoridades locais, entraram na cidade pela ria por haverem embarcado na Bestida.

A maior parte pertencia à Real Academia de Farmácia.

Falta de respeito

É freqüente o emprêgo de palavrões indecorosos por rapazolas que, sem respeito por ninguém, os proferem na via pública a qualquer hora do dia e até na presença de senhoras que ficam vexadas perante semelhantes amabilidades...

Ora isto é infame, é intolerável e precisa ser reprimido com energia, pois temos a certeza de que o remédio será eficaz se o sr. comandante da polícia meter na cadeia dois ou três figurões apanhados em flagrante.

Neste capítulo há também muito que fazer em Aveiro se as autoridades assim o entenderem.

Atenção para a 4.ª página

IMPRENSA

Volga

Saiu o n.º 2 desta revista mensal, dirigida pela sr.ª D. Deolinda de Sousa Gomes, com aspecto gráfico modernista, colaboração variada, interessante e, alguma, utilitária, além de primorosas gravuras nas mesmas condições.

Folheia-se, lê se com agrado. Pelo que lhe auguramos um ridente futuro.

Diário de Coimbra

Em comemoração do seu 8.º aniversário publicou o órgão do movimento regionalista das Beiras um suplemento dedicado à Província da Beira Litoral, que abrange Aveiro, Figueira da Foz, Coimbra e Leiria. Contém 72 páginas, ilustra-o centenas de gravuras e abre com uma capa sugestiva, que Daniel Sanches desenhou, de-certo, em momento de feliz inspiração.

E' também perfeitíssimo o trabalho gráfico. Pelo que êste suplemento do *Diário de Coimbra* marca um triunfo jornalístico digno de apreço e portanto dos nossos encómios.

Música no Rossio

Acaba de ser contratada para dar concêrtos às quartas-feiras, das 22 às 24 horas, no largo do Rossio, a reputada *Banda de José Estêvão*, que continua a ter por regente António Lé.

O primeiro é já na próxima semana, devendo o último efectuar-se em 13 de Outubro.

Visitai o Parque da Cidade

Cartas a uma amiga de longe

Julho, 1943

Minha querida:

Pensas, talvez, que te estou a escrever, ouvindo ao longe ainda o crepitar das fogueiras. Não, minha velha, lá fora ouço o chilrear da passarada, que, redopiando no céu cinzento e enevoado, nem alegre é. As fogueiras de Santo António, de S. João e do S. Pedro, aonde brilharão elas? Essas labaredas crepitantes, que excitavam os moços e desafiava às danças e aos cantares, desapareceram também daqui dos nossos lados. Por essas ruas fora nem uma! Sòmente numa esquina, em frente a uma casita pobre, uns miúdos tristes acendiam dois paus e cantavam em redor dessa grotesca imitação... Talvez seja o progresso que faz desaparecer, a pouco e pouco, tanta tradição linda. O povo tem-se estelizado, modernizado e, de certo, prefere já aos festejos da rua, a dança nas salas e os metais do *jazz*. E num desrespeito por datas, festeja os santos populares quando lhes agrada e essas festas não vão além dum baile muito concorrido e muito *pifio*, que por certo fará côrar lá nos céus os pobres santinhos, se se dignarem lançar para o salão um seráfico olhar...

E esta modernização é tão desoladora, há nela tanto de grotesco como ver, nas romarias do Minho, as minhotas entrouxadas à moda citadina...

As festas ao S. João foram sempre na rua; por isso, para quê enjaulá-las entre quatro paredes, fazê-las perder tôda a sua poesia e todo o seu característico? Fogueiras que tinjam o céu de barras sangüinosas, cantigas que despertem o silêncio da noite e danças que alegrem os tristes e os alheados. Continuem a ver no Santo António, não santo apóstolo, teólogo e general, mas o santinho popular, patrono alegre e risonho, generoso e compadecido. Está bem que o povo se instrua e que por isso saiba que Santo António foi o patrono de rudes batalhas, o teólogo sábio que assombrou papas e cardeais, mas que a ilustração não mate a tradição...

Festejem Santo Antonio com as festas ruïdosas de outros tempos e continuem as moças a arreliar o S. João, não indo à *fonte de prata*...

Em vez do jazz, a filarmónica avinhada; em vez da sala o ar livre; em vez da electricidade grandes fogueiras, cujo crepitar é já uma cantiga alegre e divertida.

Um abraço da

Zèmi

para com os direitos públicos de admiração e apreço dos mesmos objectos.

O direito de propriedade das espécies artísticas existentes na posse de quaisquer entidades públicas, está, em certo modo e em certos casos, limitado pela lei. Mas nos casos mesmo em que essa limitação não esteja prevista e estabelecida, êsse direito de propriedade é sempre moralmente condicionado pelo direito da consideração pública que garante, guarda e defende o património comum.

Êsse património é, em princípio, imprescritível e inalienável, pertence ao passado, ao presente e ao futuro, pertence a todos e a ninguém.

Por isso a todos cumpre conservá-lo, guardá-lo e defendê-lo e transmiti-lo aos vindouros como no-lo transmitiram a nós os nossos antepassados.

* * *

Sistemàticamente tenho defendido esta doutrina e *mutatis mutandis* ainda há poucos meses proclamei êstes princípios perante a assembleia geral do Teatro Aveirense para que ninguém, nem mesmo com o pretexto de possuir acções da respectiva sociedade, possa ter, algum dia, a veleidade de distrair do seu destino de estabelecimento público de interêsse, diversão e educação locais, a casa de espectáculos que outros construíram e generosamente legaram à cidade.

O Teatro Aveirense — adopto o caso como mero exemplo — segundo esta teoria, não é propriedade perfeita dos actuais accionistas da sua bem precária sociedade anónima. Esta fórmula — sociedade anónima — parecendo inabalável perante a lei, não é mais que uma ficção jurídica das muitas de que o Estado lança mão para regular interêsses, instituições e institutos de interêsse público, comum e particular. Ora o Teatro Aveirense que legalmente é propriedade de uma sociedade anónima, pertence, de facto, à Cidade, e para ela tem de existir e ser mantido enquanto fisicamente fôr possível ou enquanto por outro melhor, igualmente público e não particular, não fôr substituído.

Todos os interêsses dêsse Teatro devem, pois, redundar em melhoramento, confôrto, utilidade da comunidade aveirense. Não podem, portanto, os accionistas, em boa consciência, dignamente, considerar-se mais que administradores e detentores de um bem comum e de uma herança colectiva que têm de transmitir às gerações vindouras.

Igualmente o que se recolhe nas colecções públicas sejam Arquivos, Bibliotecas ou Museus, é inalienável e sagrado e tem de ser defendido rudemente, se necessário fôr, contra todos os vandalismos e atentados e contra tôdas as cubiças individuais. Pensar-se o contrário ou consentir-se que a fraqueza de sentimentos permita que se pense o contrário, é sintoma doentio de degenerescência a que a dignidade geral manda se aplique, por intermédio da polícia, dos tribunais ou da acção disciplinar, quando fôr disso, o adequado tratamento.

Penso semelhantemente quanto aos objectos artísticos existentes nas nossas igrejas e capelas que são públicas e tôdasao público estão patentes. Uteis ao culto ou desnecessários e desusados no serviço religioso, êsses objectos, alfaias, utensílios ou simples adornos são simultâneamente manifestações de fé e documentos de cultura artística que não devem menosprezar-se. Vincaram uma forma, marcaram uma época, caracterizaram um passo da grande epopeia da beleza humana. Foram devoção, enlêvo, riqueza e brio da alma crente dos nossos maiores que por tal os fizeram distinguir da vulgaridade pela sua forma bela.

Como pô-los em almoeda e trocá-los a dinheiro sem ponderada análise ecauteloso estudo da operação, pertencendo êles ao património artístico da nossa cultura colectiva? Como permitir que se furtem ao estado e à admiração do público para se tornarem propriedade particular ou objecto vulgar de ínfima mercância?

Aveiro e o seu distrito não são ricos em monumentos nem em documentos históricos e artísticos.

Já, há anos, o escritor sr. Luís Chaves o notou com respeito a Aveiro cidade.

A' sua nota, porém, eu fiz num jornal local do tempo uma leve e justa observação: — o recheio do Museu Regional, alguns monumentos da cidade e do seu aro e algumas espécies existentes nas nossas igrejas e capelas, fazem de Aveiro um dos três vértices do triângulo artístico das Beiras, sendo os outros Coimbra e Viseu.

Cairemos no êrro de fraquejarmos perante o latrocínio ou de desmancharmos por alienações impensadas o concerto que, aliás, ainda e tanto nos honra?

Dirijo daqui o meu apêlo a todos os aveirenses ilustrados, a todos os conterrâneos cultos do distrito, e a todos os estranhos de boa-vontade que por aqui passam ou aqui demoram, para que tal não façam, nem semelhante êrro consintam nem em malefício parecido colaborem.

E às altas dignidades da Igreja e às autoridades civis, aos particulares e aos poderes do Estado, endereço o meu brado para que não permitam que, sob qualquer pretexto, nos levem mais seja o que fôr e para que defendam sem tibiezas o nosso património arqueológico, artístico, monumental e cultural que é honra, glória e lustre da Nação, isto é, de todos nós e de tôdas as nossas instituições civis, religiosas, morais ou sociais.

Carta de Lisboa

Acção social

Se há obra social que faça honra à excelência dos princípios da Revolução Nacional, ela é, sem dúvida, a realizada pela F. N. A. T. em prol dos trabalhadores portugueses.

Fundada há apenas oito anos, neste curto espaço de tempo a útil instituição, que começou por ter apenas dois refeitórios, um em Lisboa e outro no Pôrto, possue presentemente já quatro, através dos quais tem distribuído aos trabalhadores portugueses mais de cêrca de milhão e meio de refeições.

Mas não contente com esta obra de grande alcance social, a F. N. A. T. fundou também a Colónia de Férias *Um lugar ao sol* na Costa da Caparica, e ainda as colónias balneares «General Carmona» e «Dr. Oliveira Salazar», na Foz do Arelho e na Praia da Aguda, destinadas aos filhos dos sócios das Casas do Povo.

Para complemento também duma obra que tem vários aspectos, qual dêles o mais importante e digno de aprêço, grande tem sido a acção desenvolvida no campo desportivo e de educação física, bem como no recreativo e cultural, através de serões e outras festas que têm em vista aproveitar o mais ùtilmente possível, todo o tempo livre dos trabalhadores.

Trata-se, como se vê, duma obra do maior alcance social, que honra sobremaneira o Estado Novo e os princípios da Revolução.

Lar do Pescador

Mais uma nova instituição de grande interêsse social foi iniciada em Lisboa.

Queremos referir-nos ao Lar do Pescador, destinado a recolher os pescadores que demandam o pôrto de Lisboa e estejam fora das suas residências habituais.

Na nossa próxima carta referir-nos-emos mais de espaço a esta interessante iniciativa, realizada em favor dos que trabalham.

CORDEIRO GOMES

Memorando Teatral Aveirense

28 de Junho de 1901 — Para inauguração da bandeira da Academia, da qual foi madrinha a menina Alice de Castro Regala, subiu à cêna *A Fábia em Aveiro*, tragi-comédia em 4 actos e 6 quadros, versão de Firmino de Vilhena, representada pelos estudantes do Liceu, com a seguinte distribuição: *Fábia*, Alfredo Martins; *Lucrécia*, Eduardo Graça; *Maricotas e Média*, José Mousinho de Albuquerque; *Aníbal e Raposa*, Abel Costa; *Tarquínio*, João Marcelino Dias Pereira; *César*, Victorino Froes; *Zé Pardal*, Jaime dos Santos Pato; *Contínuo e Guarda Fiscal*, Jorge Marques; *Lição*, Romulo de Vasconcelos; *Recitador*, Feliciano Soares; *Gazeta*, *Mulher das Cabras e Bailarina*, Aparício Miranda; *Prece*, Guilherme Souto; *Cábula e Estudante*, Arnaldo Guimarãis; *Liceu*, *Comprador e Invocação*, Maximino Guimarãis; *Anjo e Bailarina*, Luiz Firmino de Vilhena; *Guarda da Câmara e Bailarina*, Aguelo Regala; *Carcereiro*, Manuel Valente Conde; *Comprador*, João Lopes de Almeida; *Bailarinas*: Manuel Rodrigues Leite, Fernando de Moura d'Eça, Alexandre Sobral de Campos, António Souto e Inocêncio Rangel. *Vendedeiras*: Alexandre Prazeres, João Ramalho, Manuel de Oliveira e Neftali Reis. Ensaiador, António A. Duarte Silva, e ponto, Fernando de Vilhena.

Por que encareceu o bacalhau

Dizem-nos que só no desconhecimento das mais elementares regras da economia de guerra, se encontra explicação para tantos comentários disparatados que por aí se ouvem a-propósito do aumento verificado no preço do bacalhau, comentários que cada qual pode combater honestamente desde que queira actuar.

Vejamos, então: dois terços da quantidade consumida vinha-nos de mercados estrangeiros. Pois bem: até 1939, o quilograma de bacalhau importado, ficava, depois de pagos todos os direitos alfandegários, a 3$60, sendo vendido ao público a 5$65, isto é com um lucro de 2$05 por quilo.

Com as complicações da guerra, os fornecimentos do estrangeiro baixaram para menos de dum têrço em quantidade e no que respeita ao preço, o quilograma subiu para 10$20, sendo vendido ao público a 10$40 — com um lucro de $20. Por isso, continuam a dizer-nos, não é a ganância das entidades responsáveis que encarece o bacalhau, pois que, como é fácil de constatar, o ganho desceu de 2$05 para $20 em quilo! Se o Govêrno não houvesse providenciado criando o Fundo de Compensação e procurando amortecer os encargos da importação do bacalhau com os lucros da pesca da frota nacional, é evidente que o lucro de $20 em quilo nunca poderia, só por si, dar vantagens que contrabalançassem as despesas. E assim, se não fossem as medidas adoptadas, o bacalhau seria hoje vendido a 16$00 sob pena de não ser possível o seu comércio.

Notas Mundanas

Aniversários

Fazem anos: hoje, as srs.as D. Lucinda Betencourt de Azevedo e Castro e D. Alda Ventura Rodrigues, esposas, respectivamente, dos nossos amigos dr. Joaquim A. de Azevedo e Castro, desembargador da Relação de Lisboa, e major António Luís Caria Rodrigues, sub-inspector dos serviços da Administração Militar, e os srs. Alexandre de Sousa Lopes e Nuno Meireles,da firma Ferreirinhas & Meireles, *de Ermezinde (Pôrto); amanhã, o sr. tenente José Barata Freire de Lima, comandante da Secção da Guarda Fiscal de Mourão (Alentejo); no dia 5, as srs.as D. Maria Ávia de Melo Carvalho Fialho e D. Maria Rosa Lourenço Pitarma, esposas, respectivamente, dos srs. Vital Cordeiro Fialho, escriturário da Direcção de Estradas do Distrito, e Custódio Marques Pitarma, importante industrial de panificação em Sacavem, e o sr. João Ferreira de Macedo; em 6, a sr.a D. Maria Eunice da Cruz Marques, gentil filha do sr. capitão Casimiro Marques, e o major de engenharia sr. José Afonso Lucas, residente em Lisboa; em 7, a sr.a D. Ana Gomes Vieira, esposa do comerciante sr. Ernesto Vieira; em 8, o sr. Jaime Martins Lima, funcionário de Finanças em S. Pedro do Sul, e em 9, o sr. dr. Manuel Dias da Costa Candal, tenente-médico de Cavalaria 5,actualmente nos Açores.*

Casamentos

Com extraordinária pompa, efectuou se, domingo, o enlace matrimonial da sr.a D. Maria de Lourdes Gomes Teixeira, com seu primo o sr. Carlos Gomes Teixeira, filho do sr. Américo Carlos Gomes Teixeira, sócio da Fábrica da Lixa Luzostela, desta cidade.

A cerimónia, a que assistiram numerosos convidados, foi celebrada na igreja de S. Gonçalo, tendo servido de padrinhos, por parte da noiva, o sr. José Ferreira Pinto de Sousa e esposa, e pela noiva a sr.a D. Maria Celeste Soares Ferreira e marido, o sr. António da Costa Ferreira.

Em casa dos pais da noiva foi, depois, servido um fino copo de água que se prolongou pela tarde dentro e durante o qual os nubentes foram saudados pela assistência.

Da corbeille, constituída por um montão de prendas, sobressaíam algumas de fino gosto e subido valor.

Aos noivas, que partiram para o sul em viagem de núpcias, desejamos um futuro venturoso.

Partidas e Chegadas

Estiveram nesta cidade os srs. Manuel da Silva, residente em Lisboa; Vitorino Trindade Ferreira, empregado na filial do Banco N. Ultramarino de Viana do Castelo e João Felix, da Gafanha.

Praias e termas

Parte depois de amanhã para Melgaço o nosso presado amigo António Madail.

Empregados de Escritório e Caixeiros do distrito de Aveiro

Foi sancionada pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações a eleição dos corpos gerentes do novo Sindicato Nacional, que servirão durante o corrente ano, ficando assim constituídos:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente, Luís de Mendonça Corte-Real; *1.º secretário*, Mário Sequeira Belmonte; *2.º*, Gilberto Lopes Nogueira.

DIRECÇÃO

Presidente, João H. de Carvalho Júnior; *secretário*, Adelino Duarte Cardoso; *tesoureiro*, Florentino Nunes da Maia; *vogais*, Francisco Gonzalez de la Peña e Mário de Matos.

Agradecendo os cumprimentos que nos são dirigidos, a Direcção do Sindicato pode contar com *O Democrata* para o que necessite.

A pesca do bacalhau

A-fim-de colher elementos para um trabalho de investigação e divulgação da indústria da pesca do bacalhau no nosso país, esteve nesta cidade o professor sr. Armando Carneiro, director tecnico do Boletim da Sociedade de Geografia, que por êsse motivo se avistou com os respectivos armadores.

A Armando Carneiro, que tem andado em serviço especial de reportagens pelo norte e que hoje segue para a capital, agradecemos a gentileza dos seus cumprimentos.

A' MARGEM DA GUERRA

TANKS DO 8.º EXÉRCITO AVANÇANDO COMO CRUZADORES PELAS ONDAS TERRESTRES DA TUNÍSIA

Considerandos oportunos

por Jorge Vernex

«...uma luta violenta está desenhada ou mais concretamente travada já entre as fôrças da ordem e as da desordem, entre a nação e o internacionalismo, entre o comunismo e a civilização».

SALAZAR 15-4-1937

Eu cá...

Disseram-me há dias que, se as coisas evoluissem para uma orientação *vermelha*, a minha cabeça estava em perigo, por causa do meu feitio de dizer tudo claramente. Ó meus amigos: eu cá não dobro. A verdade é a verdade e as conveniências oportunas não são para os homens sérios e isto mesmo porque nem só dêstes é feita a sociedade...

"...uma religião comunista!„

Todos se recordam da viagem que Monsenhor Spelhman, arcebispo de Nova Iorque, fez, há pouco, à Europa. Entre as suas missões, contavam-se vários encargos que lhe foram cometidos pelo Presidente Roosevelt, que o incumbiu também «de proceder a averiguações sôbre a propagação do comunismo no Próximo Oriente» porque «relatos chegados a Washington mostravam que o comunismo tem ganho muito terreno na India, desde o comêço da guerra» e «segundo êsses relatos, o número de comunistas hindus elevar-se-ia hoje a 14 milhões».

«Esta terceira missão de Monsenhor Spelhman — escrevem de Angora para o *Frankfurter Zeitung* — trouxe também resultados muito significativos». Por exemplo: «na Turquia não há comunismo» e no Egito os seus progressos são poucos; mas, «nos países árabes os agentes comunistas são muito activos», possuindo o sionismo na Palestina «um grupo comunista bastante influente» e agindo sobretudo na Síria e no Líbano, sob a complacência dos chefes franceses rebeldes. «Os propagandistas comunistas trabalham nos dois países, afirmando que **o Islão é essencialmente uma religião comunista**». Nestes países árabes «o partido comunista dispõe de fundos consideráveis e pode aumentar a sua influência sem olhar a despesas». Outrotanto verificou Spelhman no Iraque e no Irão "onde o comunismo progride».

A tenaz vermelha

O *marechal* Staline inda há pouco manifestou a sua intenção de formar um grande Estado eslavo-soviético abrangendo todos os Balcãs e, logo, dominando o Mediterrâneo oriental e o Mar Adriático. Os fados não parecem correr-lhe propícios; no entanto, a tenaz vermelha chegou a cravar as suas pontas «no inverno de 1939/40, quando a heróica Finlândia foi subjugada e, logo a seguir, quando a Estónia, a Letónia e a Lituània foram invadidas pela União Soviética» — diz o general von Tieschowitz. Isto pelo norte; pelo sul, os vermelhos «ocuparam a Bucovina do norte e a Bessarrábia» mas «as suas aspirações iam mais longe» de que é eloqüente testemunho «um pacto de amizade com os sovietes„ assinado em 5 de Abril de 1940 pelo general Simovich. Isto fez com que a Itália, a Finlândia, a Roménia, a Eslováquia, a Hungria e a Croácia juntassem as suas fôrças aos exércitos teutónicos, em 22 de Junho, para conjurarem o perigo iminente; e fez com que a Dinamarca, a Noruega, a Holanda, a Bélgica, a França e a Espanha mandassem os seus voluntários, após cujo desembaraço, os países neutros declararam não o ser perante o bolchevismo. As conseqüências foram Bielostock, Minsk, Smolensk, Uman, Odessa, Nicolaiev, Kiev, Viasma, Briansk, Karkov, Sebastopol, Novorosisk, e, lá mais longe, Stalinegrado e o Cáucaso... As pontas da tenaz foram quebradas, embora não fossem ainda destruidos os salpicos do Komintern caídos sôbre o continente inteiro. Nessa limpeza da civilização ocidental e cristã, empenham-se homens como Salazar e Franco, hoje expoentes da dignidade humana e dos direitos das nacionalidades no meio dum mundo agónico! Sigamo-los.

Pobre China!

II

Algumas pinceladas mais dolorosas do que as referidas há dias, mostra-no-las a escritora americana Pearl Buck, nascida na China, escritora que conhece bem o ambiente chinês, em especial "as camadas dirigentes de Xunquim»—como se vê na revista *Life*. Diz ela que «a China de Xunquim é agora um corpo famélico, no qual grassam tôdas as doenças. A guerra de Chang-Kai-Chek contra os nipões há muito que deixou de ser uma guerra nacional». A juventude intelectual chinesa, os professores e estudantes, que antigamente constituiam as verdadeiras fôrças de resistência, cessaram a sua luta e não desempenham papel algum em Xunquim. Uma burocracia rapace apoderou-se do poder...» Mesmo o exército ressente-se «das doenças e da falta de alimentos„, vendo-se os oficiais «obrigados a fazer negócios para poderem viver ou a dedicarem-se a quaisquer outras ocupações que os possam agüentar um pouco melhor». Por isso, a América está «em risco de que mais tarde ou mais cêdo se perca definitivamente a importante base e o importante reservatório humano que tinha em Xunquim». Por sua vez a revista *New Republic* aborda «as grandes e inegáveis divergências existentes entre Xunquim e a União Soviética», verificando entre Chang-Kai-Chek e os comunistas chineses uma «neutralidade armada». Eis o quadro sombrio da mãi duma das mais ricas e brilhantes civilizações: a China maravilhosa. Com efeito, a sua situação não é invejável.

As manhas do "paizinho„...

No congresso anual do *Labour Party*, há pouco realizado em Londres, chegou-se a estas conclusões: continuação da trégua eleitoral, rápida aplicação do «plano Beveridge» e, depois da guerra, organização duma «internacional trabalhista„. O ministro do interior, Morrison, procurou «demonstrar à opinião pública que o «plano Beveridge» não pode ser aplicado durante a guerra». Mas essa posição levou-o a ser "derrotado por Greenwood na eleição para tesoureiro do partido». Êste tratou de «convencer os seus amigos de que a introdução do «plano Beveridge» poria em perigo a unidade nacional». Por seu turno, Atlee não se interessou por êsse plano. Mais curiosa do que esta luta entre os *have* e os *have not* pela melhoria das condições sociais é a questão da internacional trabalhista com «a ideia de enviar a Moscovo uma delegação», ideia proveniente de Harold Lasky. E' que Staline, com a dissolução do Komintern, privou os chefes trabalhistas da sua principal arma para continuarem ignorando a questão social. De facto, «a internacional trabalhista a que aspiram corresponderia pràticamente à restauração das primeiras e segundas internacionais socialistas». Em todo o caso, "Moscovo não aprovaria a formação duma internacional social-democrata, uma vez que dissolveu a internacional comunista (Komintern) com o único fim de tornar maior a influência dos partidos comunistas doutros países sôbre os partidos socialistas».

Percebem, agora, os leitores as manhas do «paizinho»? Dissolver o Komintern, aparentemente, para... o bolchevismo vermelho, anti-capitalista, daí, anti-democrático, firmar as suas raízes na casa dos seus aliados!

Aos nossos assinantes

Pedimos o favor de não deixarem devolver os recibos apresentados pelo correio, tendo em atenção o aumento de despeza que isso nos acarreta e bem assim o trabalho administrativo do jornal, que não é pequeno.

Agradecemos.

Livros

O retrato de Dorian Gray

Editorial «Gleba» vem de lançar no mercado das livrarias mais um volume com o título da epígrafe e que deve agradar aos leitores dos bons romances. Escrito por Óscar Wilde, encarregou-se da tradução Rodrigues Tocha, que inteligentemente pôz à prova os seus recursos literários.

Vem a propósito contar que o autor dêste livro, sendo também poeta, foi um dia chamado à barra do Tribunal para responder por qualquer delito. Em determinada altura o Delegado do Ministério Público parece que leu alguns dos versos do réu, preguntando no fim:

—Há quem chame a isto poesias?...

Oscar Wilde levantou-se e fitando o magistrado, respondeu com voz firme:

"—Lidos assim, por quem não sabe lêr, não são!...

Agradecemos a oferta.

Cabaz das Compras

Edições VIC, com sede em Lisboa, acaba de pôr na rua, a andar, o pronto-socorro das donas de casa, que é como quem diz, o calendário das cozinheiras e artes relacionadas como pôr a mesa, servir, trinchar, ordem de distribuição de lugares em banquetes, etc., etc., visto tudo isso ter mudado, não sendo nada do que era outrora.

Cabaz das Compras sai mensalmente, conduzido por Miquelina Martins, que há mais de 12 anos escreve artigos sôbre culinária no *Comércio do Pôrto* e agora se propõe concorrer para a organização de uma biblioteca da especialidade onde tôda a gente possa encontrar conhecimentos úteis e indispensáveis, mas principalmente os dirigentes dos hoteis e pensões.

O primeiro *Cabaz* é portador duma grande variedade de receitas o que faz exclamar: tanta comida!

Morte súbita

Na sua residência do bairro de Sá foi encontrado sem vida, no último sábado, de tarde, Josué de Pinho das Neves, que em tempos foi empregado na extinta Fábrica do Gaz.

Era casado, tinha 77 anos, deixando alguns filhos todos maiores.

Produzir e poupar é contribuir para a defesa da Nação.

O arroz é imprescindível na alimentação dos portugueses.

Impõe-se o dever de cultivar o arroz, a quem estiver autorizado, para se garantir o fornecimente dêste produto à população do País.

Os combustíveis líquidos para a elevação das águas de rega estão **assegurados.**

Está na **mão da lavoura** assegurar as subsistências do País.

Teatro da Mocidade

Acha-se aberto o II Concurso de Peças em um acto para o Teatro da Mocidade Portuguesa sob as bases seguintes:

I — O Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa promove um concurso de peças em um acto para o Teatro da M. P. sendo o praso de admissão das referidas peças entre 15 de Outubro e 15 de Novembro do corrente ano.

II — Haverá dois prémios—um no valor de 1.500$00 e um no valor de 1.000$00—ficando a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa com todos os direitos de representação e publicação sôbre as peças premiadas.

III — A decisão do concurso será tornada pública entre 15 de Novembro e 15 de Dezembro do corrente ano. Esta decisão será tomada pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa depois de ouvir o parecer de uma comissão apreciadora composta por um dramaturgo, um crítico de teatro, um actor e os directores dos Serviços de Cultura e Formação Nacionalista, de Formação Moral e de Publicidade e Propaganda, comissão à qual servirá de secretário o Chefe dos Serviços Culturais.

IV — A Organização Nacional da Mocidade Portuguesa reserva-se a prioridade da compra de todos os direitos de representação e publicação de peças que concorram e não sejam premiadas, por quantia a fixar com os seus autores, mas nunca superior ao valor do segundo prémio.

V — Não será distribuido o segundo prémio sem que seja distribuido o primeiro. O segundo prémio representa o donativo de um anónimo para encorajamento do teatro da M. P.

VI — Podem concorrer quaisquer pessoas, pertençam ou não à Organização da Mocidade Portuguesa.

VII — As peças, que devem ser originais, serão enviadas em triplicado, dactilografadas, sob um pseudónimo e em carta registada, ao Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, Palácio da Independência, Lisboa. Dentro do sobrescrito, haverá outro, cerrado e lacrado, com o pseudónimo escrito por fora e contendo o verdadeiro nome do concorrente — sobrescrito que só será aberto no caso da peça ser premiada ou desejar o Comissariado Nacional adquirir sôbre ela todos os direitos.

VIII — Tôdas as peças que não sejam premiadas ou de que o Comissariado Nacional não deseje adquirir os direitos serão devolvidas aos seus autores desde que êstes as reclamem.

Secção Desportiva

Remo

Realizaram-se, em Barcelona, os Campeonatos Ibéricos em que participaram alguns remadores da nossa terra, pertencentes ao *Club dos Galitos*, que devido a vários factores não conseguiram o ambicionado triunfo.

Este desaire não é motivo de desânimo, pois está demonstrado que os aveirenses, possuindo uma técnica muito sua, são incontestàvelmente os melhores remadores do país.

A-pesar-de perseguidos pela adversidade, não deixaremos de os saùdar esperançados em melhores dias, que hão-de surgir num futuro próximo.

Correspondências

Oliveirinha, 1

Efectuou-se com o ritual dos anos anteriores a festividade do Corpo de Deus, que conservou no domingo bastante animada a nossa terra.

—A falta de chuva está agravando cada vez mais a cultura da batata.

—Faleceu ante-ontem após cruciante sofrimento, o abastado lavrador e proprietário, Marcelino Simões Lameiro, de 56 anos, que pela sua honesta conduta, além de outros predicados, era muito considerado em tôda a freguesia, causando, por isso, a sua morte geral consternação.

O malogrado amigo deixa viuva e um filhinho de 4 anos que era todo o seu enlêvo.

O funeral, depois dos ofícios de corpo presente na igreja, constituiu uma sentida manifestação de pezar, sendo portador da chave da urna, o irmão, sr. Joaquim Simões Lameiro.

—Também na Granja deixou de exisistir Manuel Marques da Silva, de 60 anos, vítima duma hemorragia cerebral.

Os nossos pêsames às famílias.

C.

Câmara Municipal de Aveiro

Serviços Municipalizados
Electricidade

AVISO

Tornando-se necessário reduzir, quanto possível, durante a época estival, o consumo de energia eléctrica quer para iluminação pública quer particular, são avisados os Ex.^{mos} consumidores de que até nova ordem fica suspenso o fornecimento de energia eléctrica para iluminação de rèclames luminosos e de montras após o encerramento dos estabelecimentos; e de que a energia para fins industriais só poderá ser fornecida das 21 às 7 horas.

Aveiro, 1 de Julho de 1943.

O Presidente do Conselho de Administração,

a) *Artur Marques da Cunha*